

## **A ação da Igreja Católica na redefinição da cultura do trabalho rural\***

*Rogério Luiz de Souza*  
Universidade Federal de Santa Catarina

### **Resumo**

Particularmente centrados no Brasil, queremos ressaltar a força interventora da Igreja Católica no meio político-social em vista do desenvolvimento econômico nacional e na disseminação de uma lógica racional do trabalho capitalista nas pequenas propriedades rurais após a segunda guerra mundial. Ao projetar uma linha de pensamento e de ação, esta instituição religiosa estabeleceu valores ético-sociais que ajudaram a constituir o cenário político-econômico do pós-guerra e que afirmaram o ideal reformador e disciplinar da sociedade. Embalada por uma proposta humanista e redefinidora do traço capitalista-

### **Abstract**

Concentrating our attention to Brazil, we want to emphasize the intervention of the Catholic Church in the social and political environment, in view of the national and economic development, and in the dissemination of a rational logic of the capitalist work in small rural properties, after the Second World War. Projecting a line of thought and action, this religious institution established social ethical values that helped to constitute the political and economic scenery of Post-War and to affirm the reformative and disciplinary ideal of society. Moved by a humanist and redefined proposal of the capitalist-liberal tra-

---

\* The action of the Catholic Church in the redefinition of the rural work culture.

liberal, a Igreja estimulou a constituição de um Estado intervencionista de Bem-estar social - "Welfare State" - e promoveu uma política de moralização e higienização, de reformas de condutas e fomento à produção agrícola, baseada na profilaxia do corpo socialmente ajustado e na organização do trabalho disciplinado, produtivo e solidário.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, Estado de Bem-Estar Social, Trabalho Rural

ce, the Church stimulated the constitution of the "Welfare State". It also promoted the moralistic and hygienic politics, behavior reforms, and the incentive for the agricultural production, based on the prophylaxis of the socially adjusted body, and on the organization of the disciplined, productive and solidary work.

**Keywords:** Catholic Church, Welfare State, Rural Work.

**O**s anos após a segunda guerra mundial constituíram-se a partir de uma nova sensibilidade que situava a pessoa humana num espaço de comprometimento e engajamento social. A desorganização do mercado mundial, devido a crise de oferta e a irregularidade de produção, precisava do empenho e do sacrifício de todos. Num esforço comum, as nações deveriam trabalhar unidas em busca de um desenvolvimento econômico acelerado, ultrapassando o regime liberal de divisão internacional do trabalho e vislumbrando uma economia auto-sustentável e desenvolvida dos povos. Este desejo por uma organização social baseada numa espécie de solidarismo econômico internacional, todavia, exigia a recondução e a internalização de novos valores que explicassem e justificassem esta nova prática econômica.

Fruto de embates, de interesses e de relações de poder, esta nova prática nasce da própria necessidade de se dar uma racionalidade ao momento em que se vive, onde se possibilita a instauração de novos códigos de valor, de novas fórmulas produtivas, de novos tipos sociais, de novos regimes políticos e de um novo limiar histórico. Portanto, o novo mecanismo econômico se redefina e se legitima a partir de uma complexa rede de compreensão, de explicação e de organização da própria realidade que se processa.

que temos da dinâmica histórica, que observamos e analisamos a atuação, a interferência e a força institucional religiosa católica na estruturação de uma nova racionalidade. Identificada e inserida no mesmo plano histórico e circunstancial, esta instituição ajudou a compor a malha valorativa e discursiva de um período que redefiniu a prática democrática, reconceituou a idéia de trabalho, inspirou a formação de um “capitalismo de bem-estar social” e colocou o homem na função de membro solidário de uma nova civilização.

Além disso, podemos dizer que a ação organizada e engajada da Igreja no meio político-social possibilitou a transformação da cultura material no imediato pós-guerra e otimizou uma ética do trabalho sedimentada no colaboracionismo e na resignação pessoal em favor do coletivo, passando além de uma ética do trabalho vista unicamente como dever individual. Portanto, o instituto aquisitivo desta ética colocou o trabalhador diante da realização material da sociedade e da sustentabilidade do sistema produtivo. Sob a inspiração filosófico-humanista, a Igreja tentou deslocar a consciência individual para uma consciência coletiva do trabalho, onde se deveria evitar o conflito de classes e as elites dirigentes - identificadas com os valores morais e espirituais do cristianismo - deveriam buscar antes o equilíbrio econômico dos povos. Ao nosso ver, por isso, a Igreja apareceu como instituição idealizadora e modelar da nova era capitalista, influenciando poderosamente o comportamento econômico-social deste período.

As nações pouco desenvolvidas como o Brasil e abertas agora, haja vista o panorama econômico internacional, a um modelo de substituição das importações, deveriam também exigir um novo ritmo produtivo e um novo código ético disciplinar que permitisse a elevação dos índices de produtividade. Isso mesmo fez com que se interviesse na vida cotidiana a fim de mudar comportamentos e, por corolário, a cultura do trabalho. A interferência decisiva da Igreja na reorientação do sistema político-econômico nestes países, particularmente no Brasil foi significativa. A partir de seus postulados de solidarismo e de cooperação social, aproximou-se do Estado e promoveu uma ação conjunta de um projeto nacional-desenvolvimentista, dando, por assim dizer, o substrato ético à nova configuração econômica e servindo de instituição disciplinadora do espaço produtivo e dos sujeitos sociais.

Mas, talvez, tenha sido a ação da Igreja na redefinição da cultura do trabalho rural o que mais nos chamou a atenção neste processo estratégico de desenvolvimento das “nações periféricas”. Afinal, o pequeno produtor agrícola, que antes vivia de uma agricultura de subsistência, agora, seria chamado a colaborar com o abastecimento alimentar dos grandes centros urbano-industriais em expansão. Esta busca compulsória pelo abastecimento do mercado interno através de uma política ético-econômica de estímulo à diversificação do produto agrícola e à organização dos minifúndios necessitou de uma interferência no meio rural que antes de fomentar simplesmente a produção agropecuária requereu a regularização do tempo produtivo, a disciplinarização dos corpos e a elaboração de um sistema discursivo de significações e valores capazes de traduzir as intenções da proposta desenvolvimentista e de envolver os sujeitos sociais.

Ademais, parece existir um vazio ou um silêncio historiográfico quando se busca um estudo ou uma discussão teórica a respeito do mundo rural neste período. Realmente, é de se notar a pequena atenção que foi dispensada pela pesquisa histórica ao mundo agrário se comparada com a atenção que se deu ao mundo urbano-fabril. Lançarmo-nos sobre esta realidade rural, portanto, representa uma atitude desafiadora, mas que se torna necessária quando nos propomos a compreender o outro lado do processo de estruturação cultural e de formação econômica da sociedade brasileira. Segundo S. e R. (1999), “nas numerosas análises das transformações que ocorreram na economia brasileira a partir da década de 1930, tem-se dado a devida ênfase ao processo de industrialização do País, bem como às políticas governamentais que foram desenvolvidas para promovê-lo e acelerá-lo. Embora tivessem sido igualmente consideráveis, as mudanças havidas no setor agropecuário e nas relações deste com o resto da economia nacional não merecem até agora as mesmas atenções, algo que se aplica, com maior força ainda, ao papel do Estado nestes processos.”<sup>1</sup>

Além do mais, é certo que, mantidas as devidas proporções, a ação disciplinadora institucional não só do Estado, mas também a religiosa, exerceu forte pressão sobre o mundo rural a fim de que as relações sociais capitalistas penetrassem profundamente no cotidiano cultural

<sup>1</sup> SZMRECSÁNYI, Tamás e RAMOS, Pedro. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. *História & Perspectivas*. n. 10, jan/jun 1994, p. 59.

campesino e atendessem à demanda criada pelo próprio processo de industrialização. Todavia, essas novas relações capitalistas no campo não são simples de serem verificadas e destrinchadas.

Não seria demais lembrar que a realidade agrária, por características intrínsecas às suas próprias condições, resiste à “racionalização” de práticas produtivas e à “moralização” de um novo conjunto ético de necessidades econômico-religiosas derivadas das transformações econômicas e sociais correlatas à urbanização: “entre outras, a subordinação ao mundo natural que estimula a ‘idolatria da natureza’, a estrutura temporal do trabalho agrícola - atividade sazonal rebelde ao cálculo e à racionalização -, a dispersão espacial da população rural que dificulta as trocas econômicas e simbólicas e, em consequência, a tomada de consciência dos interesses coletivos.”<sup>2</sup>

Porém, o discurso católico ao incorporar, re-significar e disseminar conceitos como, por exemplo, “higiene”, “corpo” e “tempo de trabalho” objetivou uma realidade que se quis ver transformada e enquadrada dentro de sua proposta.

Por isso mesmo, foi significativa a explosão discursiva sobre a fecundidade após a segunda guerra mundial. A necessidade de regulação produtiva dos mercados exigiu uma deliberada e manifesta política de crescimento populacional e de harmonização das condutas de procriação. A família unicelular deveria continuar servindo de modelo para a recomposição do panorama econômico, exatamente, porque mantinha ou, pelo menos, deveria manter uma estrutura de valores e de conduta capaz de ajustar e controlar em seu microcosmos os recém-chegados, fortalecendo-os em prol da “felicidade pública”.

Os corpos dos sujeitos sociais tornavam-se alvo de intervenção em direção à urgência natalista. Identificar qualquer desvio e dano à regularidade de um funcionamento entendido como natural era tarefa das instituições responsáveis pelo desenvolvimento dos povos. Portanto, era necessário exercer sobre as populações um controle mais direto, que impunha vigilância, regulação, educação e a identificação de possíveis desviantes.

A Igreja católica apresentava-se como instituição mais apta a fazer proliferar informações, fomentar a natalidade e poder avançar cada

<sup>2</sup> BOURDIEU, P. *A Economia do Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 34 e 35.

vez mais onde era difícil controlar. Essa gestão religiosa sobre os indivíduos engendrou, concomitantemente, um saber e um poder sobre os corpos. Ao elaborar um conhecimento dos corpos, através da observação e análise daquilo que foi colhido e estabelecido como critério de verdade, possibilitou-se a penetração deste poder institucional com o propósito de dar funcionalidade e utilidade aos sujeitos que estavam envolvidos no espaço familiar. A constituição de uma família requeria responsabilidades e normas específicas que atestassem uma conduta positiva em direção à moral cristã, à regulação dos corpos e à capacidade de procriação.

Em Santa Catarina - um Estado que não apresentava uma baixa taxa demográfica para os seus padrões anteriores de subsistência e que agora, após 1945, abria-se à emergência econômica brasileira, como território de produção agrícola diversificada para o abastecimento do mercado interno - exigiu-se da própria estrutura familiar, ancorada no que preceituava a ética familiar cristã, um número significativo de filhos, a fim de gerar o excedente produtivo, aumentando a renda familiar e conseqüentemente o desenvolvimento do País.

Estatisticamente, a evolução populacional catarinense nas décadas de 1950/1960/1970 - somada à contribuição dos imigrantes internos, vindos do Estado do Rio Grande do Sul e às medidas médico-higiênicas implementadas pelo Governo Estadual e pela Igreja - caracterizou-se por uma intensidade e por um aumento regular e constante superior ao ritmo do crescimento brasileiro, com altos índices de natalidade.

Anos	Brasil		Santa Catarina	
	População (Habitantes)	Taxa média de crescimento anual (%)	População (Habitantes)	Taxa média de crescimento anual (%)
1910	23.151.669	2.52	465.707	1.38
1920	30.635.605	2.88	668.743	1.11
1930	37.625.436	2.88	868.653	1.33
1940	41.236.315	1.33	1.177.149	1.01
1950	51.944.397	2.39	1.562.862	2.92
1960	70.992.343	2.99	2.118.116	3.04
1970	91.508.554	2.89	2.901.734	3.20
1980	119.002.706	2.49	3.627.933	2.26
1991	146.917.459	1.88	4.541.994	2.05
1993	163.947.551	1.38	5.098.448	1.47

<sup>1</sup> População estimada; <sup>2</sup> População estimada; <sup>3</sup> População estimada.

FONTE: IBGE Estatísticas Históricas do Brasil v. 2 e 3; IBGE Censo Demográfico, 1940-1950-1960-1970-1980-1991; IBGE Brasil em números, 1998.

Como é possível notar na Tabela 1, Santa Catarina manteve entre os anos de 1950 a 1970 índices anuais de crescimento, atingindo o máximo de 3,20 %, o que fez dobrar seu número de habitantes em apenas vinte e três anos (1945-1968). Considerando também o elevado número de mulheres jovens casadas procriando neste período, não resta dúvida que este incremento demográfico redundou numa estrutura etária jovem, que surgiu num momento de planejamento social e econômico de desenvolvimento agrícola, onde os filhos apareciam como mão-de-obra auxiliar no cultivo da pequena propriedade familiar agrária. Porém, a razão da exigência ia além de uma disposição político-econômica. A própria relação de fecundidade deveria associar-se a uma visão moral e comportamental que fosse capaz o bastante de arrastar a população para esta relação, dentro de critérios suficientemente reguladores e ordenadores da sociedade. A necessidade de abastecer o mercado nacional, que se voltava a um franco processo de urbanização, solicitava esse exército produtivo no campo, forçando-se uma tendência natalista. Assim, interferir na capacidade procriativa impunha um controle sobre a sexualidade e o corpo familiar, assegurado por uma moral organizadora da harmonia social e com a finalidade de gerar um excedente agrícola que, na verdade, ultrapassava as reais necessidades da família campesina. A lógica modernizadora do fomento agrário dizia mais à elevação do nível produtivo como exigência industrial-urbana do que uma rentabilidade concentradora de capital que garantisse o reinvestimento e a elevação da renda e do nível da vida familiar rural.

Estava claro que esta economia político-populacional acobertava um mecanismo de poder sobre os corpos cuja gestão a Igreja local tinha força de interferência e orientação. O sacerdote, como representante institucional nas instâncias da vida cotidiana, teria papel fundamental na disseminação das propostas e na vigilância das condutas. Seria ele, “que não tem família, mas que pertence à família de todos, que abençoaria e consagraria o berço, o leito nupcial e acompanharia o homem desde a entrada no mundo até tombar na sepultura.”<sup>3</sup>

O estímulo ao matrimônio de jovens e a incitação procriativa nasceram dentro de uma discursividade religiosa que asseverava o valor

<sup>3</sup> HOBOLD, C. *Homenagem das Filósofos de 1951 a D. Joaquim de Oliveira*. Brusque, 1951, p. 314.

cristão-patriótico da família numerosa e que, em contra partida, penalizava moralmente os que se negavam à procriação.

*“As mamãezinhas elegantes de hoje só querem um filhinho. Os filhos que sempre foram considerados bênçãos de Deus, num lar, para elas são calamidade, desgraça, um horror! Daí lares sem alegria, sem vida, sem amor. Os nomes de “mulher” e “mãe” são muito nobres para que os mereçam estes seres inúteis e levianos que fogem à mais nobre missão de esposa: dar filhos à Pátria e a Deus. Não é raro, em Santa Catarina, mães dez, quinze e mais filhos! E todos sadios, alegres e felizes. Lares de pobres trabalhadores do campo, ricos de filhos! Crianças numerosas a encher ruas, praças, campos. Gente boa, sadia. Mães robustas com... 15 filhos! A gente boa de Santa Catarina dá uma lição ao Brasil!”<sup>4</sup>*

Era lugar-comum, a partir de 1945, aparecer nos jornais católicos de Santa Catarina - que tinham grande circulação no meio rural e talvez os de maior circulação no Estado - constantes artigos com fotos em primeira página sobre a necessidade de famílias numerosas, conhecidas como as famílias-santuários, modelo de modéstia, de afetividade e sem etiqueta arrebicada. Só a imagem fotográfica bastava para comunicar a intenção discursiva. Os pais ao centro, geralmente sentados, com dois ou três filhos recém-nascidos no colo e os outros, já crescidos e bem-nutridos, de dez a quinze, enfileirados ao lado e atrás dos pais retratavam o momento instantâneo daquilo que seria uma bênção para a Nação.

*“O Sr. Bertoldo Conradi e D.ª Maria Pauli Conradi e seus 15 filhos, nunca houve gêmeos. 15 filhos em 18 anos. Que Deus abençoe esta e todas as famílias numerosas, cristãs, as famílias-santuários!”<sup>5</sup>*

<sup>4</sup> Uma lição para o Brasil. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de fevereiro de 1946, n. 375.

<sup>5</sup> Família Abençoada - Campos Novos. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de janeiro de 1946, n. 374.



Ao lado desta campanha mobilizadora da Igreja sobre os corpos a fim de inseri-los num sistema de utilidade e de produtividade, a estrutura familiar deveria guiar-se dentro de uma moral que assegurasse os laços indissolúveis de aproximação e o poder estratégico de controle e de correção sobre os indivíduos. Esse suporte ético, portanto, justificaria as intenções de maximização do sistema produtivo, demonstrando a taxa de penetração e de intervenção da Igreja no controle direto da sexualidade. Nessa visão, toda a vida familiar deveria estar “pautada numa base sólida e firme, que é a religião, base que resolveria todos os problemas familiares e também os sociais.”<sup>6</sup>

Portanto, a família numerosa era a maneira de manter a economia agrícola nacional equilibrada, desde que esta se comprometesse a deixar vigiar, regular e corrigir seu cotidiano. E assim era que, mesmo diante de um problema grave de saúde, “só o pároco poderia dar permissão ao casal para não ter mais filhos. Além disso, a prática anticonceptiva deveria nortear-se por mecanismos apenas naturais.”<sup>7</sup>

Menos do que gerar exageradamente uma força de trabalho apta ao novo regime econômico de desenvolvimento, precisava-se, antes de mais nada, ter o poder de controle sobre os corpos, sua sexualidade e seus prazeres com vistas a regulação harmoniosa da economia e da sociedade, onde se garantiriam um vigor físico e uma pureza moral do corpo social. Tudo que representasse perigo a esta harmonia pretendida forçava um combate, sujeito a repressões, censuras, castigos e punições. O divórcio assinalava-se como o maior dentre todos os perigos, visto como flagelo para as mães, os filhos e o país.

*“(...) Veja o nosso querido Brasil, país tão belo, como poderá existir uma lei (do divórcio) certamente excomungada por Deus no seio de um povo, tão católico, e que arrasaria em pouco tempo a felicidade de nossos lares?*

*Não! Não! Gritemos todos, mil vezes-não!*

<sup>6</sup> *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de abril de 1953, n. 545.

<sup>7</sup> SCHIMITZ, Clarice. Entrevista realizada em 02 de junho de 1999 (Arquivo do Autor). A Sra. C. Schimitz foi catequista em Joaçaba, SC.

*Quantas crianças analfabetas, quantas mães no meio das ruas da cidade, mendigando, quantas famílias esfaceladas!*<sup>8</sup>

A rejeição ao divórcio - que fez do deputado federal Nelson Carneiro o mais combatido dos parlamentares na década de 50 e 60 - assentava-se numa aceitabilidade social que se processara de acordo com a emergência político-econômica do período. A voz que dissonava não atingia o dispositivo disciplinador de uma lei que se arvorava soberana e que representava os interesses diretos e imediatos de uma política de preservação da *célula mater* da sociedade.

O papel que deveria desempenhar a família rural numerosa e indissolúvel no cenário nacional - entregue aos cuidados da influência religiosa - era o de procriar, cuidar da educação e da saúde do corpo da criança e o de fazer desenvolver, na medida do possível, a pequena propriedade agrária. Para tanto, era mister a formação e a preparação dos jovens para o casamento, onde se procurava manter o controle sobre sua sexualidade e seu prazer, já que através da domesticação dos sentidos do corpo se acreditava ser possível preservar a união e os códigos morais da família.

Cabia ao padre, no meio rural, a preparação dos futuros casais, enquanto na cidade a Igreja unia-se aos setores comercial e industrial na tarefa de formá-los através de cursos preparatórios.<sup>9</sup> As orientações compreendiam noções domésticas, morais e de puericultura. O casal deveria esforçar-se para colocar em prática estas orientações - que seriam amiúde reforçadas pela Igreja em seus discursos e pelos seus dispositivos de controle, como a missa e a confissão -, capacitando-se para assumir de agora em diante, também, um subpoder de controle sobre aqueles que teriam gestão. Como uma espécie de máquina de adestramento, a família, em seu papel específico, teria no casal a proliferação de normas e de condutas a serem avocadas pelos filhos e pelo próprio casal. A auto-gestão não permitia qualquer descuido e impunha ao casal

<sup>8</sup> O Divórcio e a Lama. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de abril de 1947, n. 403.

<sup>9</sup> Curso de Preparação do Casamento. *A Gazeta*. Florianópolis, 24 de abril de 1965. "O centro de atividades do SESC desta capital levará a efeito, de 3 a 8 de maio vindouro, um curso intensivo de preparação ao casamento, para comerciários de 16 anos em diante. As palestras terão início às 20 horas e serão efetuadas com a colaboração das equipes de Nossa Senhora da Catedral de Florianópolis."

uma retidão de princípios, de cuja harmonia dependeria a constituição de uma civilização economicamente forte.

*“A causa primordial da delinqüência é uma deficiência familiar qualquer: divórcio, presença de um amante, padrasto, madrasta, orfandade, adultério, crianças privadas da proteção e da educação da família. A essas causas aditam-se outras de natureza social: miséria nas grandes cidades, habitações em cortiços ou favelas, o alcoolismo, o cinema, a imprensa, o baile, etc.”<sup>10</sup>*

Aos pais se deveria dar toda a autoridade para ensinar, desde que estes estivessem preparados para isso. Não se poderia admitir o desregramento advindo com o alcoolismo, o adultério, o baile, o furto, o embelezamento do corpo feminino. A ascese sexual católica propunha um comportamento direcionado à privação do prazer corporal em vista de uma economia doméstica e social.

*“Os bailes merecem a nossa formal reprovação. Os motivos são de ordem econômica, já que as despesas avultadas excedem as possibilidades financeiras de muitas famílias; de ordem social, por quanto, na época atual de crises e desajustes menos que nunca se justificam tais serões pomposos, com toda sua vaidosa e inconveniente exibição de luxo e futilidade. Esbanjar inutilmente somas elevadas em período de miséria extrema e generosidade constitui um dos pecados mais graves que se possam cometer contra a caridade e a Justiça Social.”<sup>11</sup>*

Ponderando essas e outras razões, o articulista proibia rigorosamente a celebração da Missa, a bênção de anéis e quaisquer cerimônias religiosas para a solenização de formaturas quando não fosse excluído o baile do programa das festividades. Era bem possível que a observância destas instruções viesse a causar dissabores. “Mas, em compensação,”

<sup>10</sup> A Criminalidade Juvenil. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de julho de 1956, n. 622.

<sup>11</sup> *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de novembro de 1947, n. 418.

segundo o mesmo articulista, “não lhes faltaria o sincero reconhecimento dos pais criteriosos e os aplausos dos espíritos esclarecidos que haveriam de bendizer tão oportuna e necessária medida de saneamento moral e social da mocidade.”<sup>12</sup>

Cabendo à mãe a maior responsabilidade pela educação e pelos cuidados higiênicos dos filhos, gravitava em torno dela todo um saber discursivo que estimulava a positividade de seu corpo enquanto ligado a um sistema de poder institucional que se cristalizava ao longo do tempo através de uma estratégia de apropriação do saber corporal do outro.<sup>13</sup> A mulher-mãe, observada e captada pelo olhar religioso, foi reconduzida, intencionalmente, a um alinhamento na ordem social e econômica, fazendo do seu corpo orgânico um mecanismo de fecundidade regulada e de responsabilidade biológico-moral. O discurso religioso teria o papel de reforçar e de naturalizar a sexualidade feminina em direção à “normalidade”, ao “recato” e à “pudicícia”, ao mesmo tempo que deveria reprimir e reprimir os supostos pecados da carne.

*Infelizmente querem fazer da Mãe e da esposa hoje uma criaturinha elegante e sem responsabilidade na vida. Levam-na para as avenidas e praias. Elas às vezes ficam numa mesa de jogo noites inteiras, a beber e a fumar pelos bares, a cuidar de futilidade, a perder tempo e a vida inutilmente no mundanismo ridículo da sociedade de hoje.<sup>14</sup>*

*Que as senhoras e moças se vistam bem, sem exageros e sem lesar a santa economia doméstica ou social. (...) Tendês que consultar a vossa religião, a vossa moral, a vossa dignidade, a vossa posição e idade, a vossa economia, o vosso bom senso. Estamos certos de que vós pensais assim também. (...) Senhoras e moças católicas, nós vos pedimos uma coisa só, para que auxiliais a reforma do mundo em frangalhos.<sup>15</sup>*

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> FOUCAULT, M. A *Vontade de Saber*: História da Sexualidade I. Lisboa: Ed. Ant6nio Ramos, 1977.

<sup>14</sup> *O Ap6stolo*. Florian6polis, 01 de novembro de 1948, n. 441.

<sup>15</sup> *Senhoras e Moças Cat6licas, at6 onde ireis? O Ap6stolo*. Florian6polis, 15 de abril de 1953, n. 546.

Longe de ser apenas uma questão moral, a ortopedia do corpo feminino dizia respeito à procriação, ao ordenamento social e à pedagogização da criança. Tratou-se de maximizar a vida, o corpo, o vigor, a saúde e a descendência. Portanto, a capacidade de interdição-imposição da Igreja sobre o corpo feminino, diferentemente daquela interdição médica - que aos poucos, dentro de uma disputa de poder com as benzedadeiras e parteiras, fixou-se também como mais um mecanismo de controle - deveu-se a uma sexualidade inventada, elaborada e apresentada como princípio moral e “lei natural” a ser assumida. Em outras palavras, a mulher campesina obteve uma sexualidade por força de uma lei ou princípio que se estabeleceu com o intuito de reforçar o sistema econômico e de garantir a harmonia do corpo social e a proliferação da vida.

Ademais, procriar, cuidar e prolongar a vida emerge de um controle e de uma intervenção do poder, especificamente, do poder religioso, que exigirá também da progenitora um controle e uma intervenção sobre os corpos dos filhos, de acordo com as intenções e normas daquele poder. Portanto, o corpo feminino, desenvolvido para uma política da vida e da regulação da população, foi requerido como peça fundamental no “aperfeiçoamento” da criança, da criança entendida como corpo em formação.

*Precisamos de filhos robustos e fortes para que tenhamos uma geração de atletas para as lutas da vida e o futuro risonho da pátria!*

*Tudo pela Puericultura!*

*(...) Mas, os processos infames de anticoncepcionismo e as fabricantes de anjinhos, estas satânicas e indignas mulheres, assassinas da pior espécie, e médicos sem consciência e indignos da nobre profissão que exercem, todo este bando de assassinos corveja sinistramente sobre a criança e mata, destrói milhares e milhares de crianças cada ano!*

*(...) Isto nunca foi século da criança! Século de Herodes e da matança dos inocentes.<sup>16</sup>*

<sup>16</sup> Século da Criança. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de julho de 1950, n. 481.

Os cuidados maternos dispensados à criança dentro dos critérios da puericultura e da moralidade cristã deveriam permitir tanto a redução da mortalidade infantil como estimulá-la ao trabalho doméstico e agrícola; de sorte que passou a ser comum e imprescindível a prática do trabalho infantil como mão-de-obra auxiliar na pequena propriedade rural. A criança começou a ser entendida como um corpo instintivo, propenso ao mal e potencialmente perigoso, que fora da disciplina severa e rigorosa da família se deixaria levar tanto por sua “lógica terrível” como por más companhias e más leituras.

*(...) As crianças têm uma lógica terrível. Não são tão tolas como estamos pensando. Educar sem bom exemplo é perder tempo. Dizia o Pe. Antônio Vieira que é dar tiros sem bala. Exemplo de religião, de moralidade, de caráter, disciplina e boa educação. Se não dão os pais, está gravemente comprometida a educação.<sup>17</sup> Se vier a faltar a colaboração dos pais na formação integral das crianças e dos adolescentes, nossa bela juventude se tornará desajustada, apesar de toda a riqueza de qualidade conferidas pelo Criador. Onde termina o lar, começa a delinquência.<sup>18</sup>*

O reduto familiar passava ser a única certeza de salvação, de proteção, de frugalidade e de boa educação, o lugar do afeto comedido, do prazer vigiado, da moralidade e da disciplina austeras. O artigo “Bodas de Prata e Um Episódio”, do jornal “O Apóstolo” de 01 de outubro de 1947, deixa transparecer claramente a função e a necessidade da família como um espaço de aprisionamento dos instintos e de adestramento das potencialidades da criança.

*(...) Gaudino aos 14 anos foi aprender para telegrafista e - por má companhia - tornou-se perverso e filho ingrato, desprezando os próprios pais e seus conselhos. Certo dia trabalhando ele no telégrafo, caiu um raio no aparelho e Gaudino*

<sup>17</sup> A Lógica da Criança. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de abril de 1947, n. 404.

<sup>18</sup> CÂMARA, D. Jaime. *A Família Cristã. 32.a Carta Pastoral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1961, p. 23.

*levou terrível choque, causando grave doença. (...) Sendo levado para casa - pois não podia mover-se -, estava já menos rebelde e mais filial para com os pais. (...) A mudança foi rápida e total. Resignou-se na santa vontade de Deus, pediu perdão aos pais de tantas ofensas; rezava cada dia o terço e recebia com frequência os Sacramentos. (...) Ao irmão aconselhava que não fosse nunca, nunca com má companhia. (...) Gaudino morreu como morre um santo, com 17 anos. Os moços de Fita Azul levaram seu corpo à Igreja, para a missa de Requiem. O Sacerdote pronunciou palavras comoventes. Oh! Aprendei, de mais este exemplo, a fugir das más companhias... das más leituras... Aprendei a ler bons livros... a respeitar e amar aqueles que vos deram a vida... a rezar e receber com fervor Jesus-Hóstia! Então, só então, vencereis, sereis felizes cá na terra e vossa vida será coroada com uma morte santa!*

A história de Gaudino exemplifica a trama da família em provação, onde o adolescente afastado do ambiente familiar ficaria sujeito aos maus pensamentos e às más companhias. Somente junto da família estaria seguro, já que sozinho foi incapaz de se auto-gestar, provocando seu próprio desaparecimento. O que impressiona, todavia, não é a sua história enquanto fato isolado, capaz de sugerir interpretações psicológicas relativas e múltiplas, mas, dentro do contexto em que emerge, revela com propriedade o papel da família cristã como dispositivo regulador do corpo e como mecanismo de adaptação do indivíduo à produção.

Portanto, não tenhamos dúvidas, a ação normatizadora e disciplinadora da Igreja insuflou o ordenamento familiar, manteve relativamente o controle dos corpos e deu à política econômica agrária o que lhe mais interessava num primeiro momento: o crescimento populacional.

Fica-nos, por isso, evidente, que o poder de normatização e de atuação da Igreja no meio rural favoreceu o aparecimento de uma nova prática produtiva neste espaço. Ao impor às famílias rurais um novo código valorativo de moralidade, de cuidados higiênicos e de uso do tempo e do corpo, ela optou pelo fim de uma cultura do trabalho por outra

baseada na rentabilidade, produtividade e “sustentabilidade” dos níveis econômicos destas famílias. Por conta disso, no entanto, romperam-se laços de sociabilidade, depreciaram-se saberes e cosmovisões, disciplinou-se a força produtiva e arrancou-se uma certa gestão que se tinha da própria vida. Uma vez presas a esta lógica que se constituiu a partir de fora, as famílias rurais desprotegidas de sua cultura anterior ficaram à mercê de um mecanismo que as incluiu num determinado momento, mas, que sem remorso algum, com certeza, as excluiu hodiernamente.

*Por incrível que pareça Matos Costa [município do planalto norte catarinense] era mais desenvolvida nas décadas de 40 e 50 do que é hoje. Aqui só tem um posto de saúde. Médico faz tempo que foi embora e no posto nunca tem remédio que a gente precisa. O Governo do Estado simplesmente esqueceu que a gente existe.<sup>19</sup>*

O relato acima citado do agricultor José Pereira, hoje aos 74 anos, mostra bem o processo de ruptura econômico-histórica por que passaram os municípios rurais de alguns Estados brasileiros, nos anos 70, após o desenvolvimento industrial e a expansão das empresas que atuam no setor de produtos alimentares. Ao se subordinar o agricultor a um trabalho temporário no grande latifúndio e ao “integrar” as famílias que, dada a pequena propriedade que possuem e a dificuldade de reprodução e de reinvestimento, viram seu produto controlado, avaliado e apropriado pelas empresas agro-industriais, inaugurou-se uma nova lógica produtiva para o campo. Em vista da rentabilidade e da produtividade estimulou-se mais incisivamente uma organização racional do trabalho e da produção, deixando para trás qualquer projeto de fomento e de sustentabilidade econômica às famílias rurais. Nesta lógica, o que escapa à expectativa do lucro previsível e regular fica excluído e “esquecido” tal como o homem do campo antes de ser recrutado pela política desenvolvimentista das décadas de 40, 50 e 60. Como um títere - sem querermos com isso desconsiderar sua resistência e sua reserva cultural - o pequeno agricultor é jogado “pra lá e pra cá” conforme a conveniência e a necessidade do capital.

<sup>19</sup> BEVILACQUA, V. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 07 de janeiro de 2001, n. 5382.



Para nós, a tentativa de retomar o crescimento econômico após a segunda guerra mundial só fez parecer necessária a emergência da atividade agrícola e a recondução da família rural a uma situação de bem-estar e conforto. Apresentado como alicerce do desenvolvimento industrial, o campônio antes de ser incorporado e incluído com seus valores, crenças, hábitos e comportamentos foi capturado, vigiado, punido e disciplinado dentro de um projeto que tendeu para o ordenamento e o controle do seu corpo, do seu tempo e do seu espaço produtivo. Deste modo, sua aparição diz menos respeito à manifesta preocupação discursiva da valorização e de sustentabilidade da vida campesina do que a normatização e disciplinarização de uma força produtiva não comprometida com a regularidade da produção e o abastecimento das zonas urbano-industriais.

Ademais, só pelo simples fato de continuar a perspectivar resistentemente um mundo agrário com olhos de poeta bucólico e saudosista não poderia ter sido ele o responsável pela atual miséria. Na verdade, quando, hoje, não mais oferece garantia de produtividade e eficiência fica largado à própria sorte ou acaba sendo recapturado pela agro-indústria ou sendo atraído pela cidade, sentindo-se “abandonado” por aqueles que deliberadamente passaram a interferir no seu espaço produtivo e se comprometeram a mantê-lo, incluí-lo e a realizar o sonho da prosperidade agrícola e da elevação do nível econômico das famílias rurais. Por certo, estamos muito longe daquele sonho que, cinquenta anos atrás, alimentavam os arautos do nacional-desenvolvimentismo.

Para o pequeno agricultor e sua família - que se viram envolvidos por este projeto e que sofreram todas as suas conseqüências - haverá maior dor do que esta agonia árida do sonho frustrado? Não saberíamos dizer. Todavia, ao resgatar os motivos e as esperanças deste sonho, ficamos como quem acredita no fato de que a História tem o compromisso de fazer acordar o homem do seu sono atemporal e de apoderar-se de um processo que se apresenta disperso, opaco e difuso. Só dando um seqüência coerente e uma escrita documental e, porque não dizer também, imaginativa, aquela temporalidade torna-se real e autêntica, revelando uma realidade que não mais nos pertence e que se opõe à nossa.

**Referências bibliográficas**

BOURDIEU, P. *A Economia da trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DONZELOT, J. *A Política das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A Vontade de Saber: História da Sexualidade I*. Lisboa: Ed. António Ramos, 1977.

SZMRECSÁNYI, T. e RAMOS, P. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. *História & Perspectivas*. n. 10, jan-jun 1994.